

Demonstrações Contábeis

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

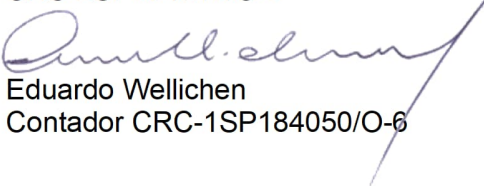
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
		81.364	91.129
Caixa e equivalentes de caixa	4	273	130
Investimento de curto prazo	5	13.569	27.831
Concessionárias e permissionárias	6	10.744	8.921
Impostos a recuperar		1.802	2.498
Ativo contratual da concessão	7	49.209	47.392
Outros ativos		5.767	4.357
NÃO CIRCULANTE			
		538.813	514.284
Concessionárias e permissionárias	6	281	317
Ativo contratual da concessão	7	537.728	513.382
Depósitos judiciais		131	131
Direito de uso sobre arrendamento		673	454
TOTAL DO ATIVO		620.177	605.413
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		242.868	28.929
Empréstimos e financiamentos	8	222.456	(371)
Arrendamentos a pagar	13.2	339	150
Fornecedores		295	50
Salários, férias e encargos sociais		1.595	1.891
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.292	1.421
Dividendos a pagar	13.3	7.465	15.412
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	6.028	5.806
Encargos regulatórios		540	1.067
Outros passivos		2.858	3.503
NÃO CIRCULANTE			
		162.324	350.954
Empréstimos e financiamentos	8	-	206.297
Arrendamentos a pagar	13.2	249	387
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	90.538	77.777
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	65.873	62.888
Provisão de Contingências	11	1.751	1.516
Outros passivos		3.913	2.089
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		214.985	225.530
Capital social	12.1	126.286	126.286
Reservas de lucros		88.699	99.244
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		620.177	605.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	84.795	58.232
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(7.669)	(7.273)
LUCRO BRUTO		77.126	50.959
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(542)	(623)
Pessoal		(519)	(957)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(381)	(665)
Outras despesas	16	(10.035)	-
		(11.477)	(2.245)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		65.649	48.714
Despesas financeiras	17	(16.546)	(11.438)
Receitas financeiras	17	1.138	2.120
		(15.408)	(9.318)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		50.241	39.396
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.560)	(2.117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 18	(12.761)	(6.942)
		(14.321)	(9.059)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.920	30.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.920	30.337
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>35.920</u>	<u>30.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	126.286	(600)	10.774	6.968	65.734	116.897	-	326.059
Integralização de capital	-	600	-	-	-	-	-	600
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(125.702)	-	(125.702)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.337	30.337
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	1.517	-	-	-	(1.517)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.763	-	-	(5.763)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(5.764)	(5.764)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	17.293	(17.293)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	126.286	-	12.291	12.731	65.734	8.488	-	225.530
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(30.512)	(8.488)	-	(39.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.920	35.920
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	1.796	-	-	-	(1.796)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	4.265	-	-	(4.265)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.465)	(7.465)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	22.394	(22.394)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	126.286	-	14.087	16.996	35.222	22.394	-	214.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		50.241	39.396
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		3.207	1.009
Depreciação e amortização	15	192	139
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	8b e 17	16.415	10.546
Receita de aplicações financeiras		(516)	(1.285)
Descontos financeiros obtidos	17	(6)	(402)
Atualização monetária - impostos a recuperar	17	(427)	58
Provisão para contingências	15	235	1.441
Outros		(81)	-
		69.260	50.902
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(1.787)	(3.007)
Ativo contratual da concessão		(26.163)	(8.242)
Impostos a recuperar		(55)	(37)
Outros ativos		(1.548)	(114)
		(29.553)	(11.400)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		251	298
Encargos regulatórios		(348)	-
Salários, férias e encargos sociais		(296)	566
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.225	377
Outros passivos		1.997	1.500
		2.829	2.741
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(2.414)	(2.358)
		40.122	39.885
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimentos de curto prazo		68.023	194.691
Aplicações em investimentos de curto prazo		(53.245)	(213.269)
		14.778	(18.578)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		-	600
Pagamentos de dividendos	13.3	(54.412)	(156.625)
Empréstimos tomados	8b	-	200.000
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos		(345)	(116)
Pagamento de juros do financiamento	8b	-	(4.852)
Amortização de principal do financiamento	8b	-	(97.996)
		(54.757)	(58.989)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos			
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		143	(37.682)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		130	37.812
Saldo no final do período		273	130
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		143	(37.682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A, que detém 60% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 35% das ações ordinárias e Sollo Energia S.A. detém 5% das ações ordinárias.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
023/2009	30	2039	R\$ 58.274	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória nº 2.895.

Em 19 de novembro de 2011, a linha de transmissão e a respectiva subestação entraram em operação comercial.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa Nº 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 161.504 em função das Notas Comerciais, que tem a Controladora (Alupar) como avalista, cujo principal e os juros acruados são exigidos no vencimento único em maio de 2022. Será previamente estruturada a captação de nova dívida para quitação das Notas Comerciais.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação de infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação de infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE e Reserva Global de Reversão "RGR") registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início dos projetos da Companhia, que são de 6,59% a.a e 8,04% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão – Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor de recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10. Tributação

3.10.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	257	118
Aplicações Financeiras	16	12
	273	130

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Investimento de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	13.569	27.831
	13.569	27.831

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	10.744	8.921
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	281	317
	11.025	9.238

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

Saldo em 31 de Dezembro de 2019 - Ativo contratual	552.532
Receita de operação e manutenção	14.168
(-) Parcela variável	(1.423)
Remuneração do ativo de concessão	71.049
Receita de infraestrutura	(16.876)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(58.676)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 - Ativo contratual	560.774
Receita de operação e manutenção	12.949
(-) Parcela variável	(2.097)
Remuneração do ativo de concessão	86.524
Revisão tarifária periódica (nota 16)	(11.436)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(59.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	586.937
Ativo Contratual de Concessão - Circulante	49.209
Ativo Contratual de Concessão - Não Circulante	537.728
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	586.937

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Santander	26/05/2022	Taxa DI + 3,30%	22.642	200.000	(186)	222.456	(371)	-	206.297
			22.642	200.000	(186)	222.456	(371)	-	206.297

Em 26 de maio de 2020 a Companhia captou junto ao Banco Santander o montante de R\$ 200.000, com vencimento em 26 de maio de 2022. Está sujeito ao encargo vinculado à Taxa DI, acrescido de 3,30 % a.a. As Notas Comerciais serão garantidas por aval a ser prestado pela Alupar Investimento S.A. (avalista).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de Dívidas	Provisão de encargos (nota 17)	Amortização de custos de captação (nota 17)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2020						31/12/2021
Empréstimos e financiamentos							
Santander	205.926	-	16.160	370	-	-	222.456
	205.926	-	16.160	370	-	-	222.456

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de Dívidas	Provisão de encargos (nota 17)	Amortização de custos de captação (nota 17)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2019						31/12/2020
Empréstimos e financiamentos							
Banco do Brasil - FCO	56.854	-	2.131	-	(56.410)	(2.575)	-
BNDES	41.416	-	1.359	322	(41.586)	(1.511)	-
Santander	-	200.000	6.482	210	-	(766)	205.926
	98.270	200.000	9.972	532	(97.996)	(4.852)	205.926

- c. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	2022	Total
Santander	222.642	222.642
Santander - custo de captação	(186)	(186)
	222.456	222.456

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	(588)	(588)	(520)	(520)
Diferido do ativo contratual	(71.899)	(71.899)	(68.711)	(68.711)
Subtotal	(72.487)	(72.487)	(69.231)	(69.231)
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	208.339	208.339	186.639	186.639
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	557	557	582	589
Diferido do arrendamento mercantil	672	672	454	454
Diferido do ativo contratual	157.948	157.948	142.303	142.303
Outros itens	(32)	(32)	(39)	(32)
Subtotal	367.484	367.484	329.939	329.953
Base de cálculo	294.997	294.997	260.708	260.722
Imposto diferido - base de cálculo	242.933	294.997	202.765	260.722
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	52.064	-	57.943	-
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	-
Total tributo alíquota efetiva	60.734	26.550	50.691	23.465
Total tributo alíquota incentivada	3.254	-	3.621	-
Total IRPJ e CSLL diferido	63.988	26.550	54.312	23.465
Total IR e CS alíquota aplicada		87.284		74.156
Total IR e CS alíquota incentivada		3.254		3.621
		90.538		77.777

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real						
	Dezembro	Reclassificação	Movimentação no resultado - (nota 18)	Dezembro	Movimentação no resultado - (nota 18)	Reclassificação	Dezembro
	2019			2020			2021
Imposto de renda diferido	48.739	173	5.400	54.312	9.400	276	63.988
Contribuição social diferida	21.861	62	1.542	23.465	3.361	(276)	26.550
	70.600	235	6.942	77.777	12.761	-	90.538

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	<u>6.028</u>	<u>5.806</u>
Pis Diferido	812	782
Cofins Diferido	3.740	3.602
Reserva Global de Reversão - RGR	1.279	1.232
Taxa de fiscalização ANEEL	197	190
Passivo não circulante	<u>65.873</u>	<u>62.888</u>
Pis Diferido	8.873	8.470
Cofins Diferido	40.868	39.016
Reserva Global de Reversão - RGR	13.981	13.348
Taxa de fiscalização ANEEL	2.151	2.054
	<u>71.901</u>	<u>68.694</u>

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Provisões para contingências - Continuação

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(I) **Demandas Tributárias:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza tributária classificada com probabilidade de perda provável, com valor em risco de R\$ 1.706. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 01 (um) processo judicial da mesma natureza e probabilidade de perda, com valor em risco de R\$ 1.477.

- Execução Fiscal nº 00008348820148110047. Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja responsabilidade solidária inclui as empresas Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 1.706 (R\$ 1.477 em 31 de dezembro de 2020).

(II) **Demandas Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza cível com probabilidade de perda provável, com valor em risco de R\$ 45. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o mesmo processo judicial de natureza cível com valor em risco de R\$ 39. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

(i) **Demandas Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza cível classificado com probabilidade de perda possível, valor em risco aproximado em R\$ 201. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 01 (um) processo judicial da mesma natureza e probabilidade de perda, com valor em risco de R\$ 166. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em risco.

(ii) **Demandas Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 388, envolvendo, ainda, outras 06 (seis) coligadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 01 (um) processo desta mesma natureza, no entanto, não possuía valor em risco considerando a objeto da ação.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.286 composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021 e 2020	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	65.876.154	60%
Apollo 15 Participações S.A.	38.427.556	35%
Sollo Energia S.A.	5.489.880	5%
Total das ações	109.793.590	100%

12.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	35.920	30.337
Constituição de reserva legal (5%)	(1.796)	(1.517)
Reserva de incentivos fiscais	(4.265)	(5.763)
Subtotal	29.859	23.057
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(7.465)	(5.764)
Reserva de lucros	(22.394)	(17.293)
Saldo de lucros acumulados	-	-

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas

13.1 Remuneração da alta Administração

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a remuneração incluindo Diretoria e Conselho de administração foi de R\$ 381 e 665 respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

13.2 Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 588 (R\$ 537 em 31 de dezembro de 2020).

13.3 Dividendos

Em janeiro de 2021 a Companhia pagou saldo de dividendos distribuídos em 27 de julho de 2020, no valor de R\$ 9.648.

Em 19 de fevereiro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, declarou dividendos à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 20.000. Pago em março de 2021.

Em junho de 2021 a Companhia pagou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$ 5.764.

Em 26 de agosto de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, declarou dividendos à conta de reserva de lucros a realizar no montante total de R\$ 14.000. Pago em setembro de 2021.

Em 29 de outubro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, declarou dividendos à conta de reserva de lucros a realizar no montante total de R\$ 5.000. Pago em novembro de 2021.

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 7.465 (R\$ 15.412 em 31 de dezembro de 2020).

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	97.376	66.918
Deduções da receita operacional	(12.581)	(8.686)
Programa de Integração Social - PIS	(1.629)	(1.105)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(7.509)	(5.090)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.532)	(1.721)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(209)	(202)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(209)	(202)
Ministério de minas e energia - MME	(104)	(101)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(389)	(265)
Receita operacional líquida	84.795	58.232

15. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(4.017)	(3.621)
Material	(1.691)	(535)
Serviços de terceiros	(942)	(812)
(Provisão) reversão para contingências	(235)	(1.441)
Aluguéis	(444)	(488)
Seguros	(129)	(146)
Outros tributos e taxas	-	(60)
Depreciação e amortização	(192)	(139)
Outros	(19)	(31)
Total custos dos serviços prestados	(7.669)	(7.273)

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Outras despesas

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Outras despesas:</u>		
*(-) Revisão tarifária periódica	(11.436)	-
*Contribuições e encargos regulatórios diferidos	1.401	-
	<u>(10.035)</u>	<u>-</u>

* Efeito da revisão da RAP – Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP – Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 2.826 de 15 de dezembro de 2020.

17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras</u>	<u>1.138</u>	<u>2.120</u>
Receita de aplicações financeiras	463	1.173
Descontos obtidos	6	402
Atualização monetária - impostos a recuperar	427	-
Outros	242	545
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(16.546)</u>	<u>(11.438)</u>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (nota 8b)	(16.160)	(9.972)
Encargos sobre arrendamentos	(64)	(42)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 8b)	(370)	(532)
Despesas bancárias	(7)	(25)
Atualização monetária - taxas regulamentares	179	(58)
Outros	(124)	(809)
Total líquido	<u>(15.408)</u>	<u>(9.318)</u>

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	50.241	50.241	39.396	39.396
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	39.560	39.560	38.425	38.425
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(60.731)	(60.731)	(58.081)	(58.081)
Ativo Contratual CPC 47	(22.476)	(22.476)	2.047	2.047
Revisão tarifária periódica	10.035	10.035	-	-
(+/-) Outros	392	377	2.133	1.734
Base de cálculo	17.021	17.006	23.920	23.521
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(4.231)	(1.531)	(5.956)	(2.117)
Ajustes exercícios anteriores	(62)	(29)	-	-
Incentivo fiscal SUDAM	4.293	-	5.956	-
Total dos tributos correntes	-	(1.560)	-	(2.117)
Total dos tributos diferidos (nota 9)	(9.400)	(3.361)	(5.400)	(1.542)
Despesa total com tributos	(9.400)	(4.921)	(5.400)	(3.659)
Alíquota efetiva	28,50%		22,99%	

19. Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	257	257	118	118		Custo amortizado
Aplicações Financeiras	16	16	12	12	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	13.569	13.569	27.831	27.831	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	11.025	11.025	9.238	9.238	-	Custo amortizado
	24.867	24.867	37.199	37.199		
Passivo						
Fornecedores	295	295	50	50	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	222.456	222.456	205.926	205.926	-	Custo amortizado
	222.751	222.751	205.976	205.976		

19.3 Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.4 Análise de sensibilidade

19.4.1 Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
Investimento de curto prazo CDI	13.569	1.442	722	1.081	1.803	2.164

19.4.2 Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2020; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

Taxa de Juros a.a.		Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Santander	DI	3,30%	222.456	10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
				31.768	19.566	25.656	37.881	43.994

19.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

19.5.1 Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.173 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

19.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia possui Notas Comerciais com vencimento em curto prazo e tem a sua Controladora (Alupar) como avalista destas. Será previamente estruturada a captação de nova dívida para quitação das Notas Comerciais.

19.5.3 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.5.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19.5.5 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

19.5.6 Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos Patrimoniais	76.682	84	04/07/2022
Responsabilidade Civil	10.000	10	04/07/2022
Veículos	100%Fipe	10	14/09/2022
Responsabilidade Civil	50.000	3	28/08/2022
Seguro Garantia	1.990	30	17/04/2022
Total	138.672	137	

22. Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 6.000, pagos em 18 de janeiro de 2022, esses dividendos serão abatidos dos dividendos mínimos obrigatórios propostos ao final do exercício de 2021.

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2